

MODALIDADESE IDENTIDADES NO CENÁRIO DA PROSTITUIÇÃO FEMININA

PATRICIO DE ALBUQUERQUE VIEIRA (UEPB)

patricioavieira@hotmail.com

As cortesãs, nós as temos para o prazer; as concubinas, para os cuidados de todos os dias; as esposas, para ter uma descendência legítima e uma fiel guardiã do lar. Demóstenes

Considerações iniciais

As discussões sobre prostituição, realizadas por sociólogos, antropólogos e historiadores, como Espinheira (1984), Engel (2004), Rago(2008), Rossiaud (1991), Silva (2006), entre outros, caracterizam-na como uma temática bastante complexa, a qual pode nos ajudar a compreender as relações sociais e a lógica da cidade.

Conhecidaordinariamente pelo senso comum como “a profissão mais antiga do mundo”, a prostituição encontra na literatura brasileira o espelho que busca refletir a exclusão social de uma instituição estigmatizada devido a padrões discriminatórios da sociedade. Nesse sentido, os estudos sobre a temática em focoparecem se tornar poderosos instrumentos de combate à repressão e à discriminação, levando o escritor, que tem compromisso com os marginalizados, à produção de uma literatura a serviço da cidadania.

Nesse quadro, o presente trabalho pretende discutir a prostituição feminina e a construção identitária de mulheres que sobrevivem dessa prática sexual. Para tanto, este artigo está organizado em três partes:Prostituição feminina: história e conceituação, Modalidades de prostituição e Prostituição e identidades.

Prostituição feminina: história e conceituação

A história nos mostra que a prostituição já foi uma prática respeitada e relacionada a poderes sagrados, mas, com o surgimento da sociedade patriarcal a independência econômica e sexual das mulheres, sofreu restrições e, conseqüentemente, as prostitutas começaram a ser discriminadas. Andrade (2003, p. 1) explicita que

A prostituição foi encarada de várias formas ao longo da história. De acordo com Armando Pereira, em seu livro *Prostituição: Uma visão Global*, a venda dos serviços sexuais passou por um período sacro, com aspecto místico e tutelar. Num segundo momento, denominado pelo autor de epicuriano, a prostituta assume um papel estético e político. Nessa época, seu trabalho é gerenciado pelo Estado, que cobrava impostos, enriquecendo a elite dominante. No terceiro período, chamado cristão, a prostituta é considerada “leprosa”, em nome da moral e dos bons costumes. Depois dessa época, vem um período de tolerância, quando essas profissionais do sexo são consideradas um mal necessário e submetidas ao controle sanitário mediante força policial. Por fim, surge o período chamado de abolicionista, quando a prostituta é vista como escrava e vítima. Os regulamentos são revogados e a *mulher* é livre para exercer a atividade.

Depreendemos dessa citação que a prostituição teve conotações distintas conforme o passar do tempo. Nesse contexto, são pertinentes as palavras de Rossiaud (1991, p. 13) quando afirma que “a sociedade é que cria a prostituição à sua imagem, ou que os grupos sociais é que geram formas de prostituição adaptadas às suas necessidades”.

De acordo com Espinheira (1984, p. 40), a prostituição é concebida como

uma derivação (deturpação do sentido) do ato sexual legitimado pelos costumes ou pelo casamento, transformando-o em fonte de renda. Para que haja prostituição há a necessidade de participação da mulher - a que vende a sua força de trabalho, no caso, a capacidade sexual - e do homem, que compra o direito de usá-la por determinado momento.

Da citação acima, depreendemos que a prostituição feminina surge de fatores de ordem social e econômica, resultando da compra e da venda do desempenho sexual da mulher, a qual torna-se um objeto de venda. A prostituição, nesse caso, caracteriza-se como uma forma de sobrevivência de mulheres que se encontram sem outras opções de trabalho.

Convém informar que, no século XIX, a prostituição deve ser observada, de um lado, como “um espaço efetivo de resistência ao ideal da mulher frágil e submissa” e, por outro lado, “revela-se também como produto dos valores morais que presidem a sociedade brasileira do século passado, o que a situa ao mesmo tempo contraditoriamente como um espaço de reação e de manutenção destes mesmos valores” (ENGEL, 2004, p. 27).

Nesse período, a prostituição feminina foi analisada sob duas perspectivas: a primeira diz respeito ao discurso médico, marcada como um espaço de sexualidade pervertida degeneração física e doença, “pois o sexo era concebido como uma atividade orgânica vinculada à reprodução, ou seja, uma necessidade fisiológica” (NASCIMENTO, 2008, p. 24), enquanto a segunda a inscreve na ordem jurídica, associando-a ao crime, por corromper os bons costumes e a moral burguesa e impedir o progresso e a civilização. Como a prostituição era uma prática difícil de extinguir da sociedade, esta sentiu a necessidade de regulamentá-la. Nesse período, médicos, cientistas e criminologistas defenderam a aplicabilidade controlada da prostituição, porque, mesmo sendo um “mal”, servia de proteção às moças solteiras e às senhoras casadas, evitando que estas fossem submetidas à realização de desejos sexuais masculinos, mantendo, assim, a “honra da família” (NASCIMENTO, 2008, p. 39).

Nessa perspectiva, Rago (2008, p. 197) acentua o caráter “civilizador” da prostituição na sociedade, “porque aí se realizava a iniciação sexual dos rapazes, rito de passagem para sua abertura à alteridade”. Sob esse ângulo, a prostituição apresenta-se como uma opção para proteção da virgindade das jovens garotas e da castidade das esposas, enquanto os jovens poderiam desfrutar dos prazeres oriundos dos prostíbulos para quando casar dedicar-se totalmente ao lar e aos negócios. Nesse contexto, pertinentes são as palavras de Fábregas-Martínez (2000, p. 17) quando salienta que “a sociedade em geral analisa a prostituição a partir da perspectiva moralista da dominação masculina, que justifica sua existência considerando-a um ‘mal necessário’”. A prostituição assume, nesse caso, a função social de satisfazer a “necessidade biológica” do homem libidinoso, para que este não ameace as famílias de bons costumes.

Em seu livro *O cliente: o outro lado da prostituição*, Sousa (1998) explicita que existem diversas maneiras de entendimento e definições acerca da prostituição e que muitas pessoas compreendem esta prática além de uma simples necessidade de sobreviver. Do ponto de vista religioso, a autora salienta que “o discurso religioso é propenso a aceitar o depoimento de prostitutas que se dizem arrependidas de estar “naquela vida” e que só “entraram” por não ter outra forma de sobrevivência. Esse discurso retira todo o erotismo da atividade prostituinte, dessexualizando as práticas consideradas licenciosas” (SOUSA, 1998, p. 115). Nessa direção, a ênfase está na

sobrevivência, que dessexualiza a prática sexual e a apresenta como uma luta pela vida, um “sacrifício” para sobreviver.

Sem dúvida, as prostitutas convivem com o outro na sociedade, construindo sua história de dor e sofrimento, enfrentando preconceitos relacionados a uma antiga profissão inserida numa cultura em que poucos respeitam a diversidade e a liberdade. No tocante à prostituição, Nóbrega (2007, p. 182) salienta que

A prostituição, localizada no âmbito da cultura, se associa a aspectos outros, vivificados no trânsito com o social, que serve de esteio para o plano da história, o que destaca continuamente uma profissão em sintonia com a história dos povos.

Consideramos que a prostituição é uma profissão tão antiga quanto a história da humanidade. Caracterizada como um fenômeno tipicamente urbano, ela atrai homens que buscam o prazer, tornando-se “um efeito, produto de um meio que beneficia a muitos setores sociais envolvidos, especialmente os homens, que, aliás, jamais foram objetos de problematização ou de ataques quando se tratou dessa experiência” (RAGO, 2008, p. 14). Pensando assim, a prostituição serve para atender o prazer masculino, uma vez que em nossa cultura o sexo não é desonra para o homem.

O que vemos no submundo da prostituição são jogos sexuais estabelecidos por meretrizes, que na luta para manter a vida, assume esta profissão devido a limitações enfrentadas pela mulher no mercado de trabalho, reduzindo-se a condição de mercadoria de compra e venda, abandonando à própria vida, a realização de seus sonhos. De acordo com Ferro (1997, p. 18-19),

Na prostituição, a mulher se torna destituída de si mesma, procura ancorar-se em um porto suspeito, turbulento, enganador e oscilante. O ancoradouro da mulher de costumes ‘fáceis’ torna-se um submundo imundo, um cenário de aventuras da existência e de feridas dissimuladas. Prostituir-se é como sequestrar-se a si mesma.

Sob essa ótica, as profissionais do sexo são reduzidas a objetos de desejo, desprovidas de memórias afetivas, ignoradas ou negadas por praticarem uma sexualidade insubmissa. Em relação ao modo de viver da prostituta, Simmel (2006, p. 2) reflete acerca da indignação moral que a “boa sociedade” expressa no que tange à prostituição e ressalta que “nada mais falso do que chamar de garotas de vida alegre

essas infelizes criaturas” que vivem não para a sua própria alegria, mas sim, para a alegria de outrem.

Entendemos, então, que a prostituição é a prática consciente da negociação/troca do corpo por dinheiro ou por outra compensação financeira e/ou material, com a possibilidade de infinitos parceiros e de experiências diversas.

Modalidades de prostituição

A prostituição é um fenômeno social comumente abordado pelas mídias. Definir as modalidades desta atividade requer não apenas entender a ocupação espacial, mas sim, compreender as diversas práticas materiais e simbólicas que envolve o ofício como, por exemplo, as relações estabelecidas com os clientes e a negociação de pagamentos (SILVA, 2006, p.17).

A exposição de mulheres que comercializam seus corpos na rua caracteriza uma das modalidades de prostituição exercidas no Brasil: o *trottoir* ou prostituição de rua. Esta é a mais perceptível aos transeuntes devido à identificação instantânea que possibilita e pela maneira como se configura espacialmente. Mas como definir esta modalidade? Segundo Espinheira (1984, p. 49), o *trottoir* “é uma forma de prostituição individual exercida nas ruas das cidades. A mulher procura um lugar que lhe seja favorável e fica à espera de alguém que possa tornar-se um possível cliente”. O autor acrescenta que a prostituição é, nesse caso, reconhecida pela aparência, por estar frequentemente andar desacompanhada e por abordar as pessoas.

Expostas às ruas, as prostitutas que praticam essa modalidade se deparam com pessoas preconceituosas, clientes drogados, violências verbal e física, enfim, têm a vida em perigo. Diversos são os relatos e os depoimentos de prostitutas agredidas divulgados pelos meios de comunicação em massa. Sobre as mulheres de *trottoir*, Pereira (1976, p. 63) explicita que “há centenas que manobram nas ruas tradicionais do *trottoir*, e são livres atiradoras, ou quase livres, elegem os pontos de trabalho, fazem elas mesmas os contatos com os hoteleiros dos arredores, enfim, gozam de limitada liberdade” e, assim sendo, prostituem-se quando e onde desejam.

As casas fechadas, conhecidas como cabarés, casas de massagem ou casas de luxo (ou simples como vemos nas periferias) caracteriza o trabalho de mulheres que não negociam seus serviços sexuais nas ruas, haja vista que o cliente passa a ser o frequentador desse espaço. Vale informar que a identificação dessas casas torna-se difícil em razão de serem utilizadas como moradias e espaço de comercialização do corpo simultaneamente. Para reconhecimento destes ambientes, Silva (2006, p. 18) explicita que luzes vermelhas sinalizam as áreas de prostituição, a fim de evitar constrangimentos ou invasões de casas de famílias que residiam próximos à “zona”.

As boates e as casas de shows caracterizam outra modalidade de prostituição. Nesses espaços, os frequentadores apresentam um *status* socioeconômico elevado, são consumidores de bebidas com valor alto, pagam para permanecer no ambiente e assistem ao show de *strip-tease* quando a casa oferece. Opcionalmente é dada às belas mulheres que frequentam essas boates a escolha de fazer ou não o seu programa (SILVA, 2006, p. 19).

Outra modalidade de prostituição recorrente em vários países ocorre por meio de anúncios e classificados dos jornais mais lidos ou espalhados pelas ruas, como é o caso de Buenos Aires, na Argentina, onde durante o dia transeuntes podem adquirir anúncios de prostitutas afixados em espaços destinados para as propagandas. Sob o rótulo de “acompanhantes”, milhares de mulheres anunciam seus serviços sexuais, divulgam telefone, endereço e horário de trabalho, descrevem seus corpos ou apresentam uma foto de uma mulher sensual para atrair o cliente. Algumas preferem a designação “acompanhantes de luxo” por investirem em academias de musculação e dietas recomendadas por nutricionistas, realizarem atendimento em fletes alugados, além de acompanharem os clientes em festas, cruzeiros, viagens etc.

Por fim, a “ciberprostituição” caracteriza-se como uma modalidade relativamente recente e comumente utilizadas pelas profissionais do sexo. Através da *internet*, as prostitutas anunciam suas práticas sexuais, agendam encontros e negociam valores para seus programas utilizando o telefone celular. Há milhares de *sites* que divulgam o trabalho dessas mulheres, as quais podem ser encontradas ainda nas salas de bate-papo, dialogando com os participantes interessados em seus serviços.

Prostituição e identidades

Diversos estudos acerca da prostituição procuram entender, a partir de várias perspectivas, como se constrói a identidade dos sujeitos que se entregam a essa prática. Freitas (1985), ao realizar um exame das autoconcepções geradas em decorrência do contexto de exercício da atividade e dos padrões de interação estabelecidos frequentemente no mundo da prostituição e no contexto familiar das mulheres prostituídas, estabelece três critérios de construção de identidade da prostituta: físico, moral e afetivo.

O critério físico focaliza a dicotomia bordel-“rua”. Para o autor, o bordel segrega as prostitutas gerando um sentimento de exclusão em que a família é o ponto de referência. Nesse caso, a prostituta de bordel encontra-se moralmente distante da sociedade, uma vez que esta considera mulher digna, “correta”, aquela que se dedica ao lar, ao marido e aos filhos, diferentemente do que ocorre com as prostitutas de rua que abordam seus clientes nas avenidas/calçadas e, por não terem fronteiras, integram-se fisicamente a transeuntes, convivem com famílias que passam pelas ruas, fato que valoriza a identidade moral mulher prostituída. Desta dicotomia surge outro traço identitário, qual seja, o *status* de “mais exposta” e “menos expostas”, um jogo de rotulações para as prostitutas que realizam seu ofício às portas fechadas (as menos expostas) e para as que mantêm vivência direta com o público (as mais expostas).

Já o critério moral diz respeito aos padrões de conduta adotados no âmbito familiar. A prostituta que segue padrões de moralidade não pronuncia palavrões nas ruas, não aborda homens acompanhados de suas esposas e tampouco faz cobranças de programas realizados na presença destas. Contrariamente a esse pensamento, agem as prostitutas “ímorais”, que além de praticarem esses atos, roubam, matam, consomem drogas e adquirem doenças sexualmente transmissíveis. O critério afetivo, por sua vez, ocorre por meio da negociação de um padrão de afetividade com clientes, parceiros de trabalho (prostitutas, rufiões e cafetinas) e família. Segundo Freitas (1985, p. 65), as prostitutas reafirmam ou neutralizam a precariedade moral imposta pela sua condição. Geralmente, elas mantêm neutralidade afetiva com o cliente, o rufião e a colega de profissão por estes serem compreendidos, respectivamente, como comerciantes do sexo, canais de sociabilidade e pessoas de pouca ou nenhuma confiança. Por outro lado, as mulheres prostituídas reafirmam seu *status* afetivo com as cafetina em razão desta ter o poder de selecionar as prostitutas com as quais quer conviver dentro de seu

estabelecimento, e com a família pelo fato de ser vista como “normal” perante os familiares, possibilitando-lhes a aquisição de padrões de consumo valorizados na sociedade.

Ao tratar da construção identitária do sujeito contemporâneo, Hall (2006) salienta que as identidades modernas estão sendo fragmentadas e deslocadas. Para o autor,

A identidade é realmente algo formado, ao longo do tempo, através dos processos inconscientes, e não algo inato, existente na consciência no momento do nascimento (...) Ela permanece sempre incompleta, está sempre “em processo” sempre sendo formada. Assim, em vez de falar da identidade como uma coisa acabada, deveríamos falar de *identificação*, e vê-la como processo em andamento. A identidade surge não da plenitude da identidade que já está dentro de nós como indivíduos, mas de *uma falta* de inteireza que é “preenchida” a partir de nosso mundo *exterior*, pelas formas através dos quais nós imaginamos ser vistos por *outros*. (HALL, 2006, p. 38-39)

Nessa perspectiva, a identidade caracteriza-se como incompleta, não fixa, assumindo o sujeito identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um eu coerente (HALL, 2006, p. 13). Em consonância com o pensamento desse autor, Woodward (2003) afirma que a identidade se constrói pela diferença e pela exclusão: se uma mulher, por exemplo, é prostituta, ela não pode ser uma mulher do lar ou como diz Silva (2006, 116), “se o indivíduo é uma coisa, não pode ser outras”.

De acordo com Woodward (2003, p. 10), a identidade está relacionada a reivindicações essencialistas sobre o pertencer ou não a um grupo identitário específico, pois “existe uma associação entre a identidade da pessoa e as coisas que uma pessoa usa”. Assim sendo, o grupo das prostitutas apresenta características que o identifica, como por exemplo, a maquiagem extravagante, as roupas (geralmente curtas e de cores fortes) que modelam o corpo, dando contornos aos seios, a cintura, as pernas etc., a aparência e a *performance* sensual demonstrada por atitudes, gestos e falas.

Sendo a identidade relacional, assegurada pela diferença, entendemos que um sujeito possui várias identidades conforme o papel que ele, obrigatoriamente, assume na sociedade. No caso das prostitutas, vemos que essas mulheres podem assumir diversas posições, como as de mãe, filha, esposa, colega de trabalho, entre outras.

Em relação às prostitutas, Silva (2006, p. 119), ao entrevistar as profissionais do sexo da região do Dergo, em Goiânia, evidencia um sistema classificatório e hierárquico estabelecido por estas mulheres, as quais dividem-se em dois grupos: as garotas de programa vistas como mulheres “normais” e as “noiadas”, que se drogam, roubam e praticam relação sexual sem preservativos e, por isso, são tidas como inferiores em relação às primeiras. Vale ressaltar que, para o autor, essas mulheres são todas iguais do ponto de vista do cliente: perigosas, sedutoras, escandalosas e violentas.

Enfim, para entender as identidades assumidas pela prostituta, é preciso considerar as suas relações com outras esferas sociais, como a família, a igreja e o estado, pois é notório a omissão dessa identidade devido a padrões discriminatórios e excludentes.

Considerações (quase) finais

Prostitutas, devassas, “mulheres de vida fácil”, descaídas e meretrizes são, dentre outras, expressões utilizadas para nomear as atuantes sociais de uma das profissões mais antigas da humanidade – a prostituição. Designam mulheres que instrumentalizam seu corpo e comercializam o sexo, para que as fantasias e o prazer sejam alcançados por quem buscase seus serviços sexuais.

Na contemporaneidade, a prostituição feminina configura-se como uma realidade complexa, contraditória e múltipla. Negá-la ou insistir em apagar a sua história é, no mínimo, ingenuidade, uma vez que este fenômeno social obtém uma crescente visibilidade na sociedade contemporânea, fazendo parte da nossa formação identitária e da nossa cultura.

Resta-nos atentar para o fato de que ignorar e silenciar as violentas relações sociais estabelecidas na subcultura da prostituição nos âmbitos acadêmicos e políticos é uma maneira de negligenciar os problemas que assolam a vida social (RAGO, 2008, p. 14). Entendemos, então, que é necessário encarar o submundo da prostituição, historicizando-o e problematizando-o para que a sociedade não exclua as prostitutas da sua condição de cidadã.

Referências

- ANDRADE, I. *Prostituição e exploração: comercialização de sexo jovem*. Disponível em <http://WWW.caminhos.ufms.br/reportagens/view.htm?a=45>. Acesso em 07/maio/2007.
- ENGEL, M. [1989]. *Meretrizes e doutores: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890)*. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- ESPINHEIRA, G. *Divergência e prostituição: uma análise sociológica da comunidade prostitucional do Maciel*. Salvador: Fundação Cultural do estado da Bahia, 1984.
- FÁBREGAS-MARTÍNEZ, A. I. Traçando a Batalha: breve perfil da prostituição em espaços privados de porto alegre. In.: FÁBREGAS-MARTÍNEZ, A. I, BENEDETTI, M. R. (orgs.). *Na batalha: identidade, sexualidade e poder no universo da prostituição*. Porto Alegre: Dacasa: Palmarica, 2000.
- FERRO, E. P. *Prostituição e romance*. Goiânia: UCG, 1997.
- FREITAS, R. S. de. *Bordel, bordéis: negociando identidades*. Petrópolis: Vozes, 1985.
- HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- NASCIMENTO, U. A. do. *O doce veneno da noite: prostituição e cotidiano em Campina Grande (1930-1950)*. Campina Grande: EDUFCEG, 2008.
- NÓBREGA, G. M. A prostituta: mulher de vida ambivalente ou a ambivalência de uma profissão? In.: SILVA, A. de P. D. da (org.). *Gênero em questão: ensaios de literatura e outros discursos*. Campina Grande: EDUEP, 2007.
- PEREIRA, A. *Prostituição: uma visão global*. 2. ed. Rio de Janeiro: Pallas, 1976.
- RAGO, M. *Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930)*. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.
- ROSSIAUD, J. *A prostituição na Idade Média*. Tradução Cláudia Schilling. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1991.
- SILVA, R. A. da. *Prostituição: artes e manhas do ofício*. Goiânia: Cãnone Editorial, Ed. UCG, 2006.
- SIMMEL, G. *Filosofia do amor*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- SOUSA, F. I. de. *O cliente: o outro lado da prostituição*. Fortaleza: Annablume, 1998.
- WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In.: SILVA, T. T. da. *Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais*. 2ª. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.